



ACÓRDÃO Nº547/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11969/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Coari
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Jeany de Paula Amaral Pinheiro
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 125/2023-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Jeany de Paula Amaral Pinheiro**, responsável pela Câmara Municipal de Coari, relativo ao exercício de 2021, nos termos do art. 22, inciso II e 24 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, c/c art. 5º, II e art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

10.2. Recomendar a Câmara Municipal de Coari a observância das normas legais que norteiam boa Administração Pública, especialmente quanto aos seguintes temas:

10.2.1. que monitore o limite constitucional em questão durante o ano, a fim de que tome as medidas corretivas de modo tempestivo, inclusive mediante desligamento de comissionados, se for o caso; (Achado 4)

10.2.2. que realize no prazo legal a publicação dos Relatórios de



ACÓRDÃO Nº547/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Gestão Fiscal da Câmara Municipal de Coari/AM. (Achado 7)

10.2.3. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. (Achado 8);

10.2.4. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. (Achado 9);

10.2.5. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. (Achado 10);

10.3. Determinar à Câmara Municipal de Coari:

10.3.1. que monitore o limite constitucional em questão durante o ano, a fim de que tome as medidas corretivas de modo tempestivo, inclusive mediante desligamento de comissionados, se for o caso (Achado 4);

10.3.2. que realize no prazo legal a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal da Câmara Municipal de Coari/AM (Achado 7);

10.3.3. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. (Achado 8);

10.3.4. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. (Achado 9);

10.3.5. aos gestores municipais de Coari para que capacitem seus servidores quanto às ilegalidades apresentadas neste Achado, bem como se adequem às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14.133/2021. (Achado 10).



ACÓRDÃO Nº547/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à DICAMI monitore o cumprimento das determinações, cujo cumprimento deverá ser verificado por ocasião das inspeções subsequentes;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno:

10.5.1. notifique o interessado, e seu patrono se houver, com cópia das peças Técnicas, quais sejam: Relatório Conclusivo e Parecer Ministerial, Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório;

10.5.2. após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral